



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PARECER

PROJETO DE LEI N. 453/2019

PROPONENTE: Deputado BELARMINO LINS

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

Dispõe sobre a obrigatoriedade de que os funcionários e/ou prestadores de serviços das empresas que prestam serviços ou realizem entregas em domicílio portem identificação funcional em local visível.

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Belarmino Lins, o Projeto de Lei N.º 453/2019 que Dispõe sobre a obrigatoriedade de que os funcionários e/ou prestadores de serviços das empresas que prestam serviços ou realizem entregas em domicílio portem identificação funcional em local visível.

O projeto em epígrafe esteve em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2019.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que apresentou emenda supressiva, e se manifestou favorável à aprovação do PL.

Posteriormente, foi encaminhado o projeto a Comissão de Assuntos Econômicos, que se manifestou favorável, em seguida à Comissão de Defesa do Consumidor, a qual apresentou Emenda Aditiva.

Ato contínuo, diante da emenda apresentada o projeto foi remetido novamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação que se manifestou favorável.

Nesta oportunidade, a propositura vem novamente à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo-me, na qualidade de Relator, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no artigo 27, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

II- ANÁLISE





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

O presente projeto visa tornar obrigatório que os funcionários e/ou prestadores de serviços das empresas que prestam serviços ou realizem entregas em domicílio portem identificação funcional em local visível.

Em sua justificativa o proponente pontua que esta medida, tem como intento assegurar o direito à informação adequada e clara aos consumidores e servirá, ainda que de forma paralela como instrumento de proteção e garantia da segurança da população.

Mister se faz ressaltar, que o presente projeto volta a esta Comissão para análise da Emenda Aditiva apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor, que acrescentou o inciso VI, ao artigo 2º do projeto em exame, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA

Art.2º.

(...)

VI - timbrado da empresa.

A modificação sugerida pela Comissão de Defesa do Consumidor não altera de forma substancial o mérito do projeto, apenas acrescenta uma maior segurança aos direitos e garantias do consumidor.

Ressalta-se, ainda, que a modificação sugerida pela Comissão de Defesa do Consumidor, não gera impactos econômicos para os cofres públicos consequentemente, não altera o parecer inicial desta comissão.

III- VOTO

Ante o exposto, em vista do que compete a Comissão de Assuntos Econômicos analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Nº 453 de 2019, na forma da Emenda Aditiva.

S.R DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 16 de setembro de 2021.

Deputado RICARDO NICOLAU

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - EM 18/03/2022 11:19:35
SAULLO VELAME VIANNA - EM 17/09/2021 12:08:40
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 17/09/2021 11:53:12

